# DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: questão socioambiental e serviço social

Suenya Santos[1]

RESUMO

O ensaio é um convite que provoca a formação e o exercício profissional na área de Serviço Social a compreender a complexidade e a urgência da questão socioambiental na contemporaneidade. A partir do referencial teórico-metodológico crítico dialético, analisa-se a questão socioambiental pela chave do conflito, sendo este oriundo de um modo de produção que degrada o meio ambiente, expropria territórios, para sustentar um modo de vida imperial. O modelo de desenvolvimento vigente incide sobre o aquecimento global, provocando fenômenos climáticos que aprofundam desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais, e renovam lutas emancipatórias. Dessa forma, o Serviço Social tem sido convocado para o aprofundamento das reflexões e da qualificação da prática profissional ampliando nosso terreno de trabalho na área socioambiental.

Palavras-chave: Questão socioambiental, mudanças climáticas, conflitos socioambientais, Serviço Social.

ABSTRACT

The essay is an invitation that provokes training and professional practice in the area of Social Service to understand the complexity and urgency of the socio-environmental issue in contemporary times. From the dialectical critical theoretical-methodological framework, the socio-environmental issue is analyzed through the key to conflict, which arises from a mode of production that degrades the environment, expropriates territories, to sustain an imperial way of life. The current development model focuses on global warming, causing climate phenomena that deepen class, gender and ethnic-racial inequalities, and renew emancipatory struggles. In this way, Social Work has been called upon to deepen reflections, and to qualify professional practice, expanding our field of work in the socio-environmental area.

Keywords: Socio-environmental issues, climate change, socio-environmental conflicts, Social Work.

## 1. Introdução

[1] Professora associada do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, em pós-doutoramento no NAEA/UFPA, suenyasantos@id.uff.br.

O cenário contemporâneo tem sido composto pela intensificação e aumento da frequência de fenômenos climáticos a partir do aquecimento da atmosfera e dos oceanos. Os efeitos socioambientais desses fenômenos são diversos, com perdas materiais e subjetivas incalculáveis e são vivenciadas de forma desigual, a partir de determinações classistas, patriarcais e étnico-raciais. Nesse bojo, a ciência vem assumindo como tarefa o desvendamento acerca da interferência humana na questão climática, num contexto de ofensiva do ultraconservadorismo que se expressa na negação da ciência. Ademais, além dos fenômenos que vêm atingindo concretamente territórios, organizações populares e movimentos socias avançam na pauta ambiental, dando materialidade e dimensão política aos estudos que estabelecem uma relação entre o modo de produção e de viver da sociabilidade capitalista e o aquecimento global.

O Serviço Social brasileiro enquanto uma área de conhecimento comprometida com demandas sociais e populares tem uma contribuição inequívoca não apenas no campo das reflexões, mas na construção de proposições para enfrentamento da crise ecológica e social na qual nos encontramos. A temática é complexa e exige abordagem pluralista e interdisciplinar, buscando se nutrir dos conhecimentos gerados nos próprios territórios, pelos sujeitos e suas organizações que enfrentam os conflitos diretamente, bem como de diversas áreas que já possuem um acúmulo crítico importante.

Dessa forma, o objetivo desse texto é compartilhar um conjunto de reflexões a partir do pensamento social crítico sobre a relação entre desenvolvimento e emancipação como estruturante da questão socioambiental, indicando contribuições do Serviço Social para a formação e o exercício profissional.

A incidência dos efeitos socioambientais do modelo de desenvolvimento em curso tem se intensificado em diversos territórios pelo país, convocando a profissão a compreender os elementos estruturantes da assim chamada “mudança climática”. A partir então do referencial teórico-metodológico materialista dialético busca-se reconstruir mediações entre as vivências singulares nos territórios, as dimensões universais do modelo de desenvolvimento e a dinâmica relacional entre economia, ecologia, sociedade, política que particulariza tais processos.

## 2. Desenvolvimento, meio ambiente e lutas emancipatórias em sua processualidade histórica

Apesar do debate sobre a problemática ambiental se avolumar no cenário internacional a partir da década de 1960, sua origem está associada aos primórdios da revolução industrial quando passa a haver uma ruptura sociometabólica entre sociedade e natureza. A hegemonia produtiva industrial que se consolidou na Europa entre os séculos XVIII e XIX, deu continuidade ao processo de colonização iniciado no capitalismo mercantil expandindo um modelo produtivo e uma forma de vida como universais. As revoluções burguesas e o estabelecimento de governos democráticos foram orientados pela hegemonia liberal que nutriu essa dinâmica produtiva.

Dessa forma, associou-se o desenvolvimento urbano-industrial à ideia de modernidade, progresso e soberania de uns povos sobre outros, a partir do direito à propriedade e à liberdade de mercado. Nessa perspectiva de mundo eurocêntrica, a natureza é compreendida como um elemento externo à humanidade, com recursos inesgotáveis disponíveis para serem apropriados, sendo colocados a serviço da produção de riqueza. A força de trabalho é colocada em ação na transformação da natureza em energia, em matérias-primas, em mercadorias como bens de consumo, a partir de uma relação de assalariamento. Contudo, mesmo em territórios onde não há predomínio de relação salarial, a lógica mercantil prevalece, capturando a renda de trabalhadores. Na contemporaneidade, a tônica das condições de trabalho na era da acumulação flexível e de políticas neoliberais tem sido de precarização do trabalho, de perda de direitos, e mesmo de situações análogas à escravização.

Portanto, esse padrão de desenvolvimento tem um legado de escravização, de genocídio, de superexploração da força de trabalho[2], de degradação ambiental. Ao longo do século XX, a organização de trabalhadores por meio de partidos políticos e sindicatos, avançou na conquista de direitos sobretudo no pós-II Guerra Mundial, em parte da Europa com a experiência do *Welfare State*, inspirando as lutas de classes pelo globo. Com a crise do capital a partir do final da década de 1960, um conjunto de pautas habita as tensões sociais, dentre elas a ambiental, com denúncias sobre o produtivismo e consumismo e suas consequências como poluição e envenenamento do ar, das águas, aumento de resíduos, etc. Nesse bojo surge uma gama ampliada de movimentos lutando, para além de direitos trabalhistas, por direitos ambientais, políticas de

[2] Nossa burguesia valeu-se da combinação do paternalismo com cooptação e repressão para manter um desenvolvimento com alta concentração de terras e pela alta exploração do trabalho assalariado, contando com a massa de trabalhadores rurais e camponeses para achatamento de salários, configurando o que Ruy Mauro Marini (2012) denominou de superexploração do trabalho, que tomamos como superexploração da força de trabalho.

reparação de desigualdades de gênero, de sexo, de raça e etnia, o que implica em investimento do Estado em políticas sociais públicas. Desde então, a pauta ambiental habita a cena pública, reunindo diversos sujeitos com distintas perspectivas teórico-metodológicas e visões de mundo.

Contudo, a resposta do capital à crise se orienta por uma política neoliberal em que, para recuperar suas taxas de lucratividade, o mercado financeiro se torna hegemônico na condução da organização produtiva. Para tal, o enfraquecimento das organizações de trabalhadores se torna central, com amplo investimento na reestruturação produtiva, na flexibilização das relações de trabalho, na privatização de empresas e serviços públicos, com cortes orçamentários para políticas públicas. Portanto, nesse terreno conflituoso o desenvolvimento permanece ampliando suas fronteiras, ainda que mascarado pelo discurso da responsabilidade socioambiental, de soluções técnicas para a resolução da problemática ambiental, de mitigações e compensações ambientais, de indústrias de energia limpa, de *greenwashing*[3], dentre outras iniciativas que acabam aprisionadas no projeto do *capitalismo verde*.

Dessa forma, as questões estruturais do modo de produção e da sociabilidade capitalista que originam a problemática ambiental são renovadas. Nos diversos biomas, com maior ofensiva na floresta amazônica e cerrado, nota-se o avanço sobre novos territórios, espoliando terras, apagando culturas, expropriando direitos das populações tradicionais, forçando deslocamentos migratórios, disseminando doenças, etc. As atividades agropecuárias, neoextrativistas, as obras para produção energética e de infraestrutura, os empreendimentos turístico-ambientais, os empreendimentos de "energia limpa" alteram a dinâmica dos ecossistemas e da vida social, obstaculizando o acesso das populações aos bens naturais, gerando pobreza, miséria, desigualdade e, portanto, violência, conflitos e lutas emancipatórias.

No contexto da crise civilizatória, não adianta alterar o sistema energético se ele continua a gerar acumulação de capital, pois significa que a preocupação com o meio ambiente é puramente instrumental para os interesses do capital. Assim, sob o argumento de proteger a natureza, comercializa-se gás carbônico, ocupam-se terras indígenas, ou seja, florestas, para vender créditos de carbono, já que na lógica vigente

[3] O termo foi popularizado pelo *Greenpeace* nos anos 1990 para designar o uso da pauta ambiental para enganar consumidores através de amplo investimento em publicidade pintando de verde as produções que permanecem degradando o meio ambiente. Cf. PAGOTTO, Érico L. ***Greenwashing*: manual da propaganda ambiental enganosa**. Ponta Grossa: Aya, 2023.

culturas não totalmente integradas à produção mercantil são dispensáveis. Isso quer dizer que qualquer produção que se oriente pela lei do valor é guiada pelo roubo dos recursos naturais e pela exploração da força de trabalho, desmascarando toda ilusão referente ao *neoliberalismo ambiental* (PORTO-GONÇALVES, 2013). O autor indica que ao invés de promover medidas de sustentabilidade que se acumulou a partir de lutas sociais e acordos internacionais, o que ocorre é a captura da pauta ambiental pelo capitalismo que, sob o argumento de contribuir para a redução do aquecimento global, propõe a mercantilização dos bens naturais. Processo este acelerado pelos organismos financeiros internacionais, *reduzindo a questão ambiental à questão climática*.

Em síntese, no interior da questão ambiental, o clima tem se tornado o centro dos debates e de acordos internacionais, orientando políticas ambientais pelo mundo, o que nos convoca à compreensão dessa problemática.

## 3. Aproximação à compreensão sobre mudanças climáticas: antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, negroceno?

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) indica que as atividades humanas contribuem para o aumento do aquecimento global. Fenômenos climáticos estão cada vez mais intensos e presentes na vida cotidiana, colocando em xeque a própria humanidade em função de um modelo de desenvolvimento dinamizado pela economia política do capital. As preocupações de governos, de comunidades científicas internacionais, de populações tradicionais, de citadinos dos centros urbanos, do campo e florestas e demais biomas se avolumam. Apesar do acúmulo institucional de acordos estabelecidos em conferências sobre o meio ambiente, conduzidas pelo sistema Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1970 e pelas Conferências das Partes (COPs) desde a década de 1990, a dinâmica da mercantilização da vida permanece avançando de forma predatória sobre o meio ambiente.

Ao longo da processualidade do debate sobre meio ambiente e clima, vem se colocando como questão o homem como sujeito ativo na promoção do aquecimento global. Mas há nuances nesse debate no interior do campo da ecologia política. Alguns autores/as denominam esse momento histórico como *Antropoceno*, termo popularizado por Paul Crutzen (Ferdinand, 2022). Segundo Svampa:

> A entrada em uma nova era, o Antropoceno, instala a ideia de que transpusemos um limite perigoso, o que pode nos levar a experimentar mudanças bruscas e irreversíveis, ilustrado – como a ponta do iceberg – pelo aquecimento global e por suas consequências na mudança climática, assim como pela extinção em massa e pela perda inerente da biodiversidade em grande escala (2019, p. 144)

Contudo, há autores/as que consideram tal conceito insuficiente para caracterizar a crise em curso tendo em vista a antiguidade da humanidade. Dessa forma, tratar a influência humana no clima global sem explicitar seus elementos históricos e estruturantes, nos leva a uma abstração que dificulta a compreensão da complexidade do problema. Destarte, corre-se o risco de permanecermos num ambientalismo branco, patriarcal, dominado por corporações que propõem saídas tecnológicas que acabam por renovar processos de acumulação por meio do chamado capitalismo verde ou neoliberalismo ambiental. Portanto, alguns autores/as reivindicam a centralidade de uma forma determinada de se relacionar com a natureza que se estrutura a partir de uma produção em larga escala, monocultural, de extração predatória de bens naturais, da superexploração da força de trabalho, de expropriação de territórios, nutrindo uma acumulação por despossessão e por espoliações, que gera desigualdades de classe, de gênero, de raça e etnia.

Ou seja, para a compreensão da questão ambiental, se faz necessário um diálogo entre a economia política e a ecologia política. A partir de tais mediações é possível compreender que a atual crise ecológica e social é resultado de um longo processo histórico que tem sua origem na acumulação primitiva que, a partir dos cercamentos de terras, da colonização, da escravização, da proteção alfandegária, cria condições para que o mercado se torne central nas relações sociais, a partir da industrialização como uma matriz produtiva hegemônica que se dá a partir da propriedade privada da terra e outros meios de produção. Processo que envolveu muita violência.

Dessa forma, a acumulação capitalista tem essa marca originária indelével, chegando a sua fase mais recente de recrudescimento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) ou expropriação (Fontes, 2010). Ou seja, na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços também se tornam ativos desse mercado, que se soma à extração de mais valor de um número menor de trabalhadores graças às inovações tecnológicas, avançando sobre territórios, ampliando a superexploração da força de trabalho e a degradação ambiental para a produção de *commodities*

agropecuárias e minerais, como forma de manutenção das taxas de lucratividade para o capital.

Nesse sentido, Aráoz (2020), ao investigar sobre a mineração na América Latina, avalia que o extrativismo tem sido a matriz produtiva que conforma o *Capitaloceno*. Em seus termos:

> Essa febre extrativista, a enorme mobilização desde então desatada – do carvão, do ouro, da prata e do mercúrio, passando pelo ferro, pelo chumbo e pelos hidrocarbonetos, para logo chegar ao urânio, ao plutônio, às terras raras e, de novo, ao ouro -, foi crucial e determinante na configuração desse ponto do umbral (in) civilizatório, esse evento-limite, na história e da história, que chamamos de Capitaloceno (Aráoz, 2020, p. 33)

Ferdinand (2022) adensa a problematização sobre o conceito de *Antropoceno*, indicando que o enfrentamento da crise ecológica passa necessariamente pelo reconhecimento de uma dupla fratura: ambiental e colonial. Nesse sentido, caso os movimentos ambientalistas continuem negando o protagonismo na pauta ambiental dos movimentos antirracistas, anticoloniais, antiescravistas e feministas, em especial, afrofeministas, a fratura permanecerá, renovando apagamentos, desigualdades, colonizações, deixando uma parte significativa da população mundial de fora de uma saída coletiva. Dessa forma, o termo *Antropoceno* se ancora no habitar colonial cujo histórico é de transformação de paisagens em *plantations* para produção de monoculturas, subjugando outros humanos e animais não humanos à lógica da acumulação.

A politização da questão ambiental se faz central e, nesse sentido, Ferdinand (2022) considera o termo *Capitaloceno* um avanço ao conectar o capitalismo e suas revoluções industriais às transformações nas paisagens da Terra, possibilitando críticas ao sistema. Contudo, reivindica o termo *Plantationoceno*, de Ana Tsing e Donna Haraway, como o que melhor caracteriza um modelo autoritário, padronizado que impõe uma forma de exploração da terra que altera paisagens, provoca profundas injustiças espaciais. Avança ainda propondo o termo *Negroceno* para explicitar que a população negra foi alvo de racismo no processo de colonização que deu origem às mudanças climáticas. Em seus termos: “aqui a palavra “Negro” não designa mais uma cor de pele, um fenótipo, tampouco uma origem étnica ou uma geografia particular. Ela designa todos aqueles que estiveram e estão no porão do mundo moderno: os fora-do-mundo” (p. 81).

Esse debate evidencia que a dinâmica de acumulação do capital tem um lastro de violência, tendo se apropriado historicamente de corpos, territórios, culturas, provocando rupturas sociometabólicas que alteram o clima. Nesse bojo, as saídas ambientalistas que desconsideram essa processualidade, acabam por apostar em novas formas de colonização, já que o próprio capital oferece saídas tecnológicas que, sob o verniz de uma economia verde, sustentável, acaba por expandir suas fronteiras em busca de novas monoculturas para o mercado das "energias limpas", a exemplo das fazendas eólicas ou de placas de sol ou ainda propondo compensações e mitigações, a exemplo de programas de crédito de carbono que cresce velozmente no país.

## 4. Questão socioambiental e serviço social: tarefas para a formação e o exercício profissional

As provocações aqui compartilhadas, partem de uma perspectiva ontológica em que a humanidade faz parte da natureza, originando várias formas de existência, de cosmologias, de organizações e de formações coletivas. Portanto, toda abundância e riqueza produzida tem como origem a relação entre sociedade e meio ambiente. Considerando o contexto atual de mudanças climáticas, o caminho de construção de saídas emancipatórias deve considerar uma leitura da indissociabilidade da questão social e ambiental. Dessa forma, me parece essencial tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional a compreensão da *questão socioambiental* como solo da nossa profissão para que possamos nos nutrir e incorporar as contribuições das lutas dos povos tradicionais que enfrentam há séculos a expansão das fronteiras do capital[4].

A apropriação privada e excludente da terra está no cerne tanto da questão social, quanto da questão ambiental. Nesse sentido, a compreensão materialista e dialética da questão socioambiental implica no reconhecimento de que o modo de produção vigente que promove acumulação de capital tem como contraface a produção de pauperismo e de lutas sociais. Destarte, o desenvolvimento do capital é acompanhado por conflitos socioambientais, que se traduzem em resistência e enfrentamento à expansão das fronteiras do capital, em defesa da vida. Nesse sentido,

[4] A situação da região da Amazônia legal, onde se concentra parte significativa de povos indígenas, comunidades quilombolas e demais populações tradicionais, é tão grave que a CPT criou um mapa de conflitos dessa região disponível em https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa. Conflitos que envolvem desmatamento, queimadas, mineração, água, violência, agrotóxicos, agronegócio, produção de energia, dentre outros.

Santos et al. consideram que: *"para a classe trabalhadora, os conflitos socioambientais são nada menos que a expressão concreta de lutas coletivas para reaver ou manter a possibilidade de dispor da natureza (ou do meio ambiente e seus recursos) para atender necessidades de sobrevivência"* (2021: p. 230). De forma complementar, recorremos à acepção de Porto-Gonçalves que afirma que: *"O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação"* (2017, p. 77).

Considerando que a economia brasileira está assentada na produção de *commodities* minerais e agropecuárias, avançando sobre territórios de populações e comunidades tradicionais, em especial no entroncamento entre as regiões norte, nordeste e centro-oeste, penso que o Serviço Social deve conhecer, investigar, sistematizar e divulgar tais enfrentamentos. Apesar da Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 231, garantir o direito à terra aos povos indígenas e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o direito das comunidades quilombolas à propriedade da terra, pouco se avançou nas demarcações e titulações. Ao contrário, avançam lentamente, com muita luta social e lidam com a ofensiva sobre seus territórios, seja por projetos ligados à mineração e agropecuária, seja pelos ligados à economia verde.

Ao considerarmos que a questão socioambiental implica na compreensão dos conflitos fundiários e socioambientais, dos diversos sujeitos envolvidos nesse processo, defendo que o Serviço Social avance na ampliação do escopo de suas reflexões, incidindo sobre a práxis profissional e sobre o mercado de trabalho. As populações e comunidades que estão imersas nesses conflitos, têm dificuldades de acesso à terra, à água, à alimentação adequada, à moradia, e a serviços sociais básicos, comprometendo sua existência. Dessa forma, suas demandas se pulverizam nos serviços de assistência, saúde, educação, habitação, etc. Por outro lado, o Estado nos demanda intervenção: em "desastres ambientais"[5], atuando após situações de inundações, desmoronamentos, secas, etc.; em grandes obras de infraestrutura e logística, atuando em remoções, mediando indenizações; na realização de atividades de educação ambiental; dentre outras demandas.

Contudo, estou convencida que o contexto de crise ecológica e social nos convoca a superarmos as demandas institucionais, que privilegiam a intervenção após

[5] O termo está entre aspas pois consideramos que parte desses eventos tem relação direta ou indireta com a dinâmica do plantationoceno.

os acontecimentos, a qualificarmos nossas respostas profissionais e a ampliarmos o mercado de trabalho na área socioambiental. Nesse sentido, precisamos conhecer o conjunto de leis nessa área, avaliar se atendem às necessidades sociais, e fortalecer as lutas populares que defendem a vida em sua sociobiodiversidade. Nessa trilha, é importante conhecermos a política ambiental e fundiária, a política nacional de recursos hídricos, de tratamento de resíduos, a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais, a política de saúde para os povos tradicionais, as disputas em torno do Marco Temporal, os direitos das populações ribeirinhas e extrativistas, as políticas de cotas em diversos setores, a política de ingresso especial em universidades, o plano Clima, dentre outras que devemos mapear coletivamente.

O estudo sobre as políticas ambientais e sobre as lutas populares nesse campo precisa estar articulado ao modelo de desenvolvimento vigente e sua processualidade histórica. Essa compreensão, favorece que nossos currículos avancem nessas reflexões e debates, nos âmbitos da pesquisa, da extensão, do ensino, produzindo e acumulando conhecimentos que se traduzam em práxis profissional. Trazer a questão socioambiental como terreno profissional na dimensão da formação profissional, favorece o crescimento e ampliação da construção de novos campos de trabalho na área socioambiental. Dessa forma, poderemos incidir qualitativamente na educação socioambiental, no licenciamento ambiental, na gestão e controle social de recursos hídricos, nas situações de “desastres ambientais”, no deslocamento migratório, no direito ao território e aos bens comuns. Devemos, com urgência, organizar essa pauta convocando assistentes sociais da docência e do exercício profissional, estudantes de graduação e pós-graduação, movimentos sociais e populares e outras áreas de conhecimento para acumularmos nos debates e proposições para então sistematizarmos um documento com parâmetros de atuação profissional na área socioambiental.

Os campos críticos da ecologia política e da economia política nos auxiliam na compreensão de que a lógica de produção e de viver vigente, que estrutura cidades artificiais que vivem da extração predatória de bens naturais, da espoliação territorial, da superexploração da força de trabalho, precisa ser superada. É preciso reconhecer, portanto, que a questão ambiental não se reduz ao clima. Se trata do direito à terra, aos bens comuns, à vida, o que implica na afirmação de direitos humanos e sociais e de ter como horizonte uma nova sociabilidade que já está sendo construída pelas lutas e resistências populares sob as ruínas da sociedade vigente.

## 5. Considerações finais

Em síntese, nosso ponto de partida para o avanço e aprofundamento dos estudos é a compreensão da indissociabilidade entre questão social e questão ambiental. Assim como o homem, enquanto ser genérico, integra a natureza, a sociedade integra o meio ambiente, numa relação dialética. Essa compreensão nos remete a um giro de posicionamento de pensar, estar e viver no mundo atual e no que buscamos construir. O modo de vida que predomina nas cidades a partir do consumo permanente via mercado, só tem sido possível a partir da degradação socioambiental, e uma relação assimétrica entre poderes de classe, gênero, raça e etnia. Brand e Wissen (2021) contribuem nessa linha de reflexão denominando a sociabilidade capitalista como um modo de vida imperial.

> A ideia central do conceito de modo de vida imperial é a de que a vida cotidiana nos centros capitalistas só é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedade e natureza *em outro lugar*, isto é, por meio do acesso ilimitado a mão de obra, recursos naturais e sumidouros (*sinks*) – ecossistemas que absorvem determinadas substâncias em maior quantidade do que as emitem no ambiente, em escala global, como as florestas tropicais e os oceanos, no caso das emissões de carbono. Para que os centros capitalistas sobrevivam, é crucial que as relações com a natureza em outras sociedades do Sul global sejam organizadas estrategicamente, de modo a garantir a transferência de elementos naturais e produtos originados de mão de obra (quase sempre barata) para as economias no Norte. Em contrapartida, o modo de vida imperial no Norte global estrutura as sociedades de outras regiões de forma decisivamente hierárquica (BRAND & WISSEN, 2021, pp 87-88).

Dessa forma, compreendemos que se o modo de produção capitalista e o modo de vida imperial colocam em risco o equilíbrio ecossistêmico e a humanidade, precisamos romper com o modelo eurocêntrico de desenvolvimento e conhecer a construção de alternativas em curso, de cosmologias que se expressam pela resistência ancestral que se renova e inova e nos convoca a novos modos de viver e existir numa relação de coabitação com a natureza.

Nessa longa jornada, a área de Serviço Social deve se somar ao campo interdisciplinar que contribui com reflexões e ações emancipatórias, tendo como perspectiva a síntese de Antônio Bispo com a qual encerramos esse ensaio, tomando-a para além das comunidades quilombolas: “O Estado brasileiro estabelece uma relação de violência e dominação com os povos quilombolas, cujas práticas são baseadas na

oralidade e na vinculação dos territórios ao cultivo: *a terra não pertence às pessoas, elas é que pertencem à terra*" (Santos, 2023; p. 7; grifos nossos).

**Referências bibliográficas**

AGÊNCIA PÚBLICA/CPT. Mapa dos conflitos. Disponível em https://mapadosconflitos.apublica.org/index.php, acesso em 01/10/2024.

ARÁOZ, Horácio M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.

BRAND, Ulrich & WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo: Elefante, 2021.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IPCC. Mudança do clima 2021: a base científica. **Sumário para formuladores de políticas**. Tradução realizada pelo governo brasileiro. Tradução de Mariane Arantes Rocha de Oliveira. Disponível em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

PAGOTTO, Érico L. ***Greenwashing*: manual da propaganda ambiental enganosa**. Ponta Grossa: Aya, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (parte V, p. 285-447)

____. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SANTOS, Josiane S. et al. Conflitos socioambientais e lutas de classe. Em Araújo, N. (Org.) **Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais.** Sergipe: UFS, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da Terra. In Vários Autores. **Antologia afro-indígena**. São Paulo/BH: Ubu/PISEAGRAMA, 2023.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro decolonial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.